

ÍNDICE

Trabalhos do Autor	9
Siglas e Abreviaturas	13
Nota Introdutória	15
Capítulo 1. A Evolução Histórica do Estado Fiscal Português	17
1.1. O advento do Estado Fiscal	18
1.2. A fiscalidade do Antigo Regime	23
1.3. A fiscalidade do regime liberal	30
1.4. A fiscalidade do breve século XX	41
1.5. A caminho da fiscalidade do século XXI	54
Capítulo 2. O Direito Fiscal como Ciência	59
2.1. Economia política, ciência financeira e direito fiscal	59
2.1.1. Da economia política às finanças públicas	59
2.1.2. A emancipação científica do direito fiscal	62
2.1.3. O objecto de estudo do direito fiscal	65
2.2. O direito fiscal como tecnologia e como dogmática	68
2.2.1. A divisão implícita de tarefas	68
2.2.2. A tecnologia pautal	70
2.2.3. A técnica da relação jurídica	72
2.2.4. A ciência como garante dos princípios	75
2.3. A articulação com outros ramos e saberes do direito	78
2.3.1. O direito da segurança social	79
2.3.2. O direito penal	83
2.3.3. O direito do ambiente	88
2.3.4. O direito da contabilidade	93

Capítulo 3. O Direito Fiscal Como Sistema	99		
3.1. A fiscalidade do sistema GATT/OMC	99		
3.1.1. O princípio da nação mais favorecida e a tributação aduaneira	101		
3.1.2. O princípio do tratamento nacional e os impostos internos	106		
3.1.3. O regime das subvenções públicas e os benefícios fiscais	113		
3.2. O direito fiscal internacional	117		
3.2.1. Os princípios da residência e da fonte	117		
3.2.2. As convenções de dupla tributação e os acordos de troca de informação	119		
3.2.3. A eliminação da dupla tributação	123		
3.2.4. A relação com o direito fiscal europeu	125		
3.3. O direito fiscal europeu	128		
3.3.1. As bases normativas da harmonização fiscal europeia	130		
3.3.2. A harmonização positiva da tributação indirecta	136		
3.3.3. A harmonização positiva da tributação directa	139		
3.3.4. O regime dos auxílios de estado	144		
3.4. O direito fiscal nacional	148		
3.4.1. A Constituição Fiscal	148		
3.4.2. A produção da legislação ordinária	153		
3.4.3. Os regulamentos administrativos e o direito circular	155		
3.4.4. O papel da jurisprudência: tribunais judiciais e arbitragem	160		
3.5. A tributação regional	164		
3.5.1. O fundamento constitucional da tributação regional	164		
3.5.2. As receitas tributárias da titularidade das regiões	167		
3.5.3. Os sistemas tributários dos Açores e da Madeira	172		
3.5.4. Os limites constitucionais e europeus à tributação regional	179		
3.6. A tributação local	186		
3.6.1. O fundamento constitucional da tributação local	186		
3.6.2. As receitas tributárias da titularidade das autarquias	189		
3.6.3. Os poderes tributários das autarquias	194		
3.6.4. O regime das taxas locais	200		
3.6.5. Os limites constitucionais e europeus à tributação local	203		
Capítulo 4. As Categorias Tributárias Fundamentais	211		
4.1. A noção de imposto	214		
4.2. Classificações dos impostos	222		
4.2.1. Impostos directos e indirectos	222		
		4.2.2. Impostos pessoais e reais	227
		4.2.3. Impostos progressivos, regressivos e proporcionais	230
		4.2.4. Impostos específicos e <i>ad valorem</i>	234
		4.2.5. Impostos periódicos e de obrigação única	236
		4.3. As taxas	240
		4.3.1. A noção de taxa	240
		4.3.2. A fronteira entre a taxa e os preços	245
		4.3.3. A fronteira entre a taxa e o imposto	248
		4.3.4. A irrelevância conceitual das taxas de licença	256
		4.4. As contribuições	260
		4.4.1. A noção moderna de contribuição	260
		4.4.2. As contribuições para a segurança social	264
		4.4.3. Os impostos especiais de consumo e os tributos ambientais	267
		4.4.4. As taxas de regulação económica e os tributos associativos	270
		4.4.5. As contribuições especiais por obras públicas	276
		4.5. Alcance da tipologia dos tributos públicos	281
		4.5.1. A crise da representação dicotómica	281
		4.5.2. A tripartição constitucional dos tributos públicos	284
		Capítulo 5. Os Princípios do Direito Fiscal	289
		5.1. O princípio da igualdade tributária e o seu controlo	289
		5.2. O princípio da capacidade contributiva	2294
		5.2.1. Sentido essencial e âmbito de aplicação	294
		5.2.2. Corolários na estruturação dos impostos	297
		5.3. O princípio da equivalência	304
		5.3.1. Sentido essencial e âmbito de aplicação	304
		5.3.2. Corolários na estruturação dos tributos comutativos	306
		5.4. O princípio do Estado Social	316
		5.4.1. Estado social, fiscalidade e mínimo de existência	318
		5.4.2. Estado social, progressividade e proibição do confisco	321
		5.5. O princípio da legalidade tributária	325
		5.5.1. Justificação e sentido actual	325
		5.5.2. O âmbito da reserva de lei	328
		5.5.3. A extensão da reserva de lei	331
		5.5.4. A intensidade da reserva de lei: tipicidade e determinação	336
		5.6. O princípio da segurança jurídica	338
		5.6.1. A retroactividade da lei fiscal	340
		5.6.2. A retrospectividade da lei fiscal	348

5.7. O princípio da coerência sistemática	352
Capítulo 6. A Interpretação da Lei Fiscal	357
6.1. A interpretação da lei fiscal	357
6.1.1. As regras de interpretação e aplicação da lei fiscal	359
6.1.2. A interpretação das normas de benefícios	363
6.2. As normas anti-abuso	366
Capítulo 7. A Relação Jurídica Tributária	373
7.1. Os sujeitos	375
7.1.1. O sujeito activo	375
7.1.2. O sujeito passivo	379
7.1.3. Substituição tributária	383
7.1.3.1. Substituição com retenção	383
7.1.3.2. Substituição sem retenção	389
7.1.4. Repercussão tributária	397
7.1.4.1. O relevo jurídico da repercussão	397
7.1.4.2. A repercussão na lei e na jurisprudência	400
7.1.5. Responsabilidade tributária	407
7.1.5.1. A responsabilidade dos gestores de empresas	409
7.1.5.2. Outros casos de responsabilidade	415
7.2. O objecto	418
7.2.1. Obrigação principal e obrigações acessórias	418
7.2.2. Juros compensatórios, indemnizatórios e de mora	422
7.3. O facto	426
7.3.1. Constituição e alteração	426
7.3.2. Transmissão	427
7.3.3. Extinção	429
7.3.3.1. Pagamento, dação e compensação	429
7.3.3.2. Caducidade e prescrição	433
7.4. A garantia	436
Jurisprudência Citada	439
Bibliografia	443